

DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS DE ACUMULAÇÃO NO CONTEXTO DA ECONOMIA RADICAL AMERICANA

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho¹

RESUMO: O trabalho tem por objetivo compreender as origens e as transformações da escola das estruturas sociais de acumulação (EESA), tendo como foco principal as modificações do conceito principal da abordagem. A EESA é uma das mais importantes vertentes da economia política radical americana, que se desenvolveu a partir da década de 1960, procurando explicações para o racismo, o sexismo, o imperialismo, as ondas longas do capitalismo e outras questões. O conceito de estrutura social de acumulação foi elaborado, a partir de meados da década de 1970, para criar um nível intermediário de análise entre uma teoria abstrata e geral do capitalismo e o âmbito histórico e empírico. Ao longo da evolução histórica da EESA, esta se afastou de considerações teóricas acerca das características fundamentais do modo de produção capitalista e acabou adotando posições pré-teóricas acerca dessas características. Por isso, a EESA teve de reformular seu conceito central nos últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Escola das estruturas sociais de acumulação; economia radical americana.

ABSTRACT: This work aims to understand the origins and transformations of the social structures of accumulation school (EESA), focusing mainly on the changes of the main concept of the approach. The EESA is one of the main approaches of the radical political economics, which developed from the 1960s trying to explain the racism, the sexism, the imperialism, the long waves of capitalist accumulation and other issues. The central concept of the social structures of accumulation school was developed from mid-1970, to create an intermediate level of analysis between an abstract and general theory of capitalism and the historical and empirical realm. Throughout the historical evolution of this approach, it moved away from theoretical considerations about the fundamental characteristics of the capitalist mode of production and, eventually, adopted pre-theoretical conceptions about these features. That is the reason why the social structures of accumulation school made a reinterpretation of its central concept recently.

KEYWORDS: Social structures of accumulation approach; radical political economics.

ARTIGO SUBMETIDO AO XXI ENEP

ÁREA 1: METODOLOGIA E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

¹ Doutor em Economia pelo Cedeplar/UFMG. E-mail para contato: marcelosbmf@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo procura analisar o desenvolvimento de uma das mais importantes vertentes da economia política radical estadunidense, a escola das estruturas sociais de acumulação (EESA). É virtualmente inexistente a bibliografia em língua portuguesa sobre essa escola, embora correntes similares, como a escola francesa da regulação e a abordagem neoshumpeteriana², já sejam bastante conhecidas no Brasil e já exista, há mais de três décadas, uma vasta literatura sobre a escola das estruturas sociais de acumulação em língua inglesa. O presente artigo tem dois objetivos: o primeiro é contextualizar a origem da EESA no ambiente da economia política radical; o segundo é apontar as transformações do conceito central da escola, o conceito de estrutura social de acumulação³.

Para cumprir tais objetivos, o argumento estará estruturado da seguinte maneira: na próxima seção será apresentado o ambiente acadêmico americano que antecedeu o surgimento da escola. Na sequência serão apresentadas as primeiras utilizações do conceito de estrutura social de acumulação. Em seguida serão apontadas as transformações no uso do conceito ao longo das últimas décadas. Por fim, serão analisadas as mudanças recentes na interpretação do principal conceito da escola.

2. A ECONOMIA POLÍTICA RADICAL AMERICANA

A economia política radical surgiu, de acordo com Weisskopf (2012), tanto da emergência de movimentos políticos desafiando o *status quo*, quanto da insatisfação em relação às teorias econômicas dominantes, que se baseavam na síntese neoclássica, especialmente na versão de Samuelson, e no pensamento ortodoxo, de autores como Milton Friedman. Ainda segundo Weisskopf (2012), a economia política radical tinha em Marx uma inspiração, mas não se prendia a alguns aspectos da teoria marxista, como a teoria do valor trabalho e a lei da tendência à queda da taxa de lucro, além de ser influenciada pelo pensamento keynesiano e pós-keynesiano e “combinar: 1) a apresentação de muitos dados econômicos; 2) um foco em tendências históricas de longa duração⁴; 3) análise de instituições econômicas fundamentais e sua mudança no tempo; 4) análise do conflito de classes e do exercício do poder político” (WEISSKOPF, 2012, p. 5).

² Vários textos (COBAN, 2002; JESSOP, SUM, 2006; O'HARA, 1994) apontaram similaridades e diferenças entre a escola francesa da regulação, a abordagem das estruturas sociais de acumulação, a escola neoschumpeteriana e outras abordagens. Tal comparação não será realizada aqui.

³ Serão apresentadas críticas pontuais à escola. Críticas mais abrangentes serão objeto de outros textos.

⁴ Com o intuito de melhorar a fluência do artigo, as citações em língua estrangeira estão traduzidas livremente no corpo do texto.

Outro importante autor radical, Michael Reich (2000, p. 528-529), também apresenta de forma sintética as principais proposições da economia política radical americana:

Nós víamos o capitalismo como profundamente envolvido nas múltiplas opressões que víamos a nossa volta: desigualdade, alienação, racismo, sexismo, imperialismo, desperdício e irracionalidade. Nossa visão de economia radical era diferente do marxismo tradicional, tanto em relação ao descontentamento com o caráter antidemocrático dos países stalinistas – nós preferíamos um socialismo descentralizado, democrático, participativo, que não existiu e ainda não existe – quanto na ausência de interesse por tópicos econômicos padrão da economia marxista, como teoria do valor trabalho e queda da taxa de lucro. Para ser exato, nós colocamos os conceitos de conflito de classe e poder no centro da teoria da economia radical. Mas nós éramos mais influenciados pelo amplo ambiente marxista, notadamente as teorias da alienação e da mudança histórica e pelos novos movimentos sociais (como feminismo e ambientalismo), cujas preocupações não eram estritamente economicistas e cujas visões políticas e estratégias pareciam mais transformadoras do que aquelas estabelecidas no movimento operário.

Os economistas radicais americanos começaram a revisitar a obra de autores tais como Marx, Lênin, Keynes, Schumpeter e Kalecki, em busca de respostas para questões que sequer eram levantadas pelas correntes teóricas dominantes, tais como: o papel subordinado da mulher, o imperialismo, o racismo, as ondas longas do capitalismo, a segmentação do mercado de trabalho e o sistema educacional⁵. E desenvolveram diversas teorias para explicar tais fenômenos, apesar de não haver um único paradigma teórico da economia política radical.

A eclosão, na década de 1960, do movimento da economia política radical nos Estados Unidos, se deveu muito mais pelas mudanças na sociedade americana, comentadas a seguir, do que a uma pressão originada de dentro do próprio ambiente acadêmico.

A partir de meados da década de 1950, o movimento pelos direitos civis (*civil rights*) cresceu nos Estados Unidos. Foi impulsionado pela prisão, em 1955, de Rosa Parks (que se recusou a ceder o assento para um homem branco em um ônibus) e pela liderança de Martin Luther King. Instituições estudantis, como *Students for a Democratic Society* (fundado em Chicago em 1960), apoiaram o movimento.

Outro motivo de agitação social foi a participação americana na Guerra do Vietnã, que cresceu após os supostos ataques a navios americanos no golfo de Tonkin, em 1964⁶. A opinião pública estadunidense começou a ficar crescentemente desfavorável à guerra, como resultado da Ofensiva do Tet, de 1968, que ampliou o número de baixas americanas. Na primavera de 1970, praticamente todos os *campi* do país apresentaram protestos de estudantes contra a ampliação da guerra em direção ao Camboja. A movimentação estudantil contra a Guerra do Vietnã só cessou quando as tropas dos Estados Unidos foram retiradas, em 1973.

⁵ As coletâneas editadas por Bowles e Edwards (1990) e por Edwards, Reich e Weisskopf (1986) apresentam um panorama dos trabalhos da economia política radical americana.

⁶ Protestos, ocupações de *campi*, greves estudantis e outras formas de manifestação ocorreram em diversas universidades, tais como na Universidade da Califórnia em Berkeley (já a partir de 1964-65), e os famosos protestos na Universidade de Nova York e na Universidade de Colúmbia em 1968.

A confluência entre os movimentos de estudantes, feministas, sindicalistas, pacifistas e defensores dos direitos civis formou a chamada nova esquerda (*New Left*), movimento político consolidado graças à atuação de organizações como *Student Peace Union* (1959), *Young Socialist League* (1960) e *Students for a Democratic Society* (SDS, fundado em 1960). O SDS foi muito ativo ao longo dos anos 1960, mobilizando milhares de estudantes em torno da luta pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietnã.

De acordo com Lee (2009 p. 59), em julho de 1967, o Projeto Educacional Radical, da SDS sediou uma conferência sobre radicais na academia e nas profissões em geral e, em janeiro de 1968 fez uma nova conferência sobre o mesmo tema. Nos dois anos seguintes, grupos de radicais foram estabelecidos nas associações americanas de antropologia, ciência política, sociologia, línguas modernas e psiquiatria. Ainda segundo Lee (2009, p. 59-65), os economistas radicais optaram por criar uma associação alternativa à *American Economic Association*, fundando a *Union for Radical Political Economics* (URPE).

Alguns dos fundadores da URPE são Samuel Bowles, Barry Bluestone, Gene Coyle, Herbert Gintis, Art MacEwan, John Pool, Michael Reich, Tom Weisskopf, and Howard Wachtel (URPE, 2013). A URPE foi fundada ainda em 1968 e, no ano seguinte, foi criada a *Review of Radical Political Economics*. No ano de fundação da URPE, esta instituição via suas diretrizes da seguinte maneira:

1. É necessária a formulação de uma nova abordagem para os problemas sociais, que procure quebrar os laços da estreita especialização e mergulhe na ciência política, na sociologia e na psicologia. É necessário ressuscitar a noção do economista político.
2. Novos cursos devem ser ensinados nas salas de aula e os cursos ensinados atualmente devem ser mudados para refletir as urgências da atualidade (...).
3. As prioridades da pesquisa econômica devem ser mais relevantes para o mundo a nossa volta. Uma amostra de novos assuntos que deveriam ser tratados pelos economistas inclui: a economia do gueto; a pobreza na economia americana; o imperialismo internacional; a análise dos grupos de interesse; o complexo industrial-acadêmico-militar etc (...).
4. Devem ser formuladas pesquisas conjuntas, para que a pesquisa acadêmica não nos induza a apreender pequenos fragmentos de problemas maiores e inter-relacionados.
5. Os movimentos sociais dos dias atuais precisam de uma análise econômica oferecida de uma maneira sensível. Pelo menos alguns de nós deveriam responder às necessidades desses movimentos (URPE, 1968, p. 18).

Como será comentado mais a frente, muitos os autores radicais que desenvolveram o conceito de estrutura social de acumulação seguiram essas diretrizes, de procurar desenvolver uma economia mais realista, de procurar estudar problemas relevantes para a sociedade e de dialogar com os movimentos sociais. As instituições acadêmicas centrais para o surgimento da URPE foram os departamentos de economia da Universidade de Michigan em Ann Arbor e da Universidade de Harvard (MATA, 2009; WEISSKOPF, 2012; URPE, 1968).

Bowles, MacEwan, Gintis e Weisskopf lecionaram um curso sobre economia radical em

Harvard já em 1969 (MATA, 2009). Esse curso serviu de base para a publicação de um importante livro, cuja primeira edição é de 1971, *“The capitalist system”*, que consistiu no primeiro manual importante de economia política radical. A terceira edição, de 1986, reúne diversos textos de economistas radicais: desde passagens clássicas de Marx e Engels, Maurice Dobb, Hobsbawm, Baran e Sweezy, até parte da produção radical mais relevante da época, feita por autores como Reich, Edwards, Bowles, Gordon, MacEwan, Gintis, Best e Weisskopf. Alguns dos principais temas abordados nesse livro, editado por Reich, Edwards e Weisskopf (1986) são: a origem e o desenvolvimento do capitalismo no mundo e nos Estados Unidos; o capitalismo monopolista; o imperialismo; o processo de trabalho, a exploração e a alienação dos trabalhadores; as classes sociais e o Estado; a relação entre o patriarcado e o capitalismo; a discriminação; as ondas longas do capitalismo e as estruturas sociais de acumulação; o socialismo democrático; o militarismo, os desperdícios e as irracionalidades do capitalismo.

Apesar de boa parte da rica produção intelectual da economia política radical ser feita por autores ligados à Universidade de Harvard, nesta universidade apenas um professor radical era efetivo (Stephen Marglin) no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. No ano acadêmico de 1972-73, Samuel Bowles teve seu pedido de efetivação recusado, mesmo tendo recebido apoio de Galbraith, Leontief, Arrow e de grande parte dos estudantes (KATZNER, 2011, p. 71-72; MATA, 2009). Em virtude da negação de sua efetivação, Bowles viria a ser figura central na montagem de um centro de economia política radical na Universidade de Massachusetts, em Amherst, nos anos seguintes⁷. De acordo com Katzner (2011, p. 113-118), Bowles negociou com a administração da Universidade de Massachusetts a contratação de um grupo radical de economistas⁸. O grupo radical inicial consistia, além de Bowles, em Richard Edwards, Herbert Gintis, Steven Resnick e Richard Wolff⁹.

Foi justamente no contexto da economia política radical americana que tiveram início as

⁷ Frederic Lee (2009, p. 69) identifica diversos casos de perseguição a economistas políticos radicais. Lee (2009, p. 41-43) também nota que uma forma eficaz de controle é o estabelecimento de rankings de periódicos e de departamentos, que teve início com William Moore, entre 1972 e 1973, procurando evitar o controle por parte de institucionalistas e outros economistas heterodoxos, do departamento na Universidade de Houston. Os rankings passariam, nos anos 1980, a ser utilizados como uma forma pretensamente objetiva para decidir se um departamento deveria continuar a existir, ser reorganizado ou abolido, além de balizar promoções, efetivações e salários de professores. De modo geral, a diminuição ou eliminação do componente heterodoxo nos departamentos leva à uma posição superior nos rankings universitários americanos.

⁸ Katzner (2011, p. 74), resume as ideias que explicariam a ida do grupo radical para Amherst: 1) a universidade ainda estava em expansão e havia vagas disponíveis no departamento de economia; 2) economistas radicais tinham dificuldade de encontrar emprego em outras universidades; 3) a administração da universidade era simpática às demandas estudantis por maior diversidade e por professores de esquerda; 4) não havia influência governamental (mesmo a universidade sendo estadual) na contratação de professores.

⁹ Outro departamento de economia importante para o desenvolvimento da economia política radical e, mais especificamente, para o desenvolvimento da abordagem das estruturas sociais de acumulação é a *New School for Social Research*. Essa instituição foi fundada em 1919, por um grupo de respeitados intelectuais, muitos deles originariamente professores na Universidade de Colúmbia, em Nova York. O principal motivo da ruptura com a Universidade de Colúmbia foi a posição pacifista desses intelectuais (no contexto da Primeira Guerra Mundial), contrária às ideias do Reitor da Universidade. Entre os fundadores da *New School* destacam-se Thorstein Veblen, Wesley Clair Mitchell e John Dewey.

pesquisas em termos de estrutura social de acumulação. Antes de ser analisado o desenvolvimento da abordagem da estrutura social de acumulação, será comentado o percurso intelectual dos autores que fundaram e consolidaram a abordagem.

Bowles (2000, p. 73), nascido em 1939, notou, em meados da década de 1960, que havia um grande descompasso entre o que acontecia no mundo real – o movimento pelos direitos civis, o movimento estudantil, a escalada da Guerra do Vietnã – e o que os economistas conseguiam ensinar. Conheceu a Índia na década de 1950 e depois foi professor de segundo grau por três anos na Nigéria. Bowles (2000, p. 74) explica que começou sua atividade política escrevendo artigos voltados para a marcha de 1968 de Martin Luther King. Em 1979 ajudou a fundar, juntamente com ativistas pela paz, pelo feminismo, pelo ambientalismo e pelos trabalhadores, o *Center for Popular Economics*. Mais tarde, ainda se envolveria na campanha presidencial do Reverendo Jesse Jackson, em 1988, pelo Partido Democrata. Ainda nos anos 1960, começou sua parceria com Herbert Gintis, pesquisando sobre o sistema de ensino americano, que reproduzia a hierarquia, estrutura de classes e alienação da economia capitalista do país (BOWLES, 2000, p. 75-76).

Thomas Weisskopf nasceu em 1940, nos Estados Unidos, filho de imigrantes judeus de Viena e luteranos da Dinamarca. Obteve o título de Ph.D. pelo MIT em 1966. Inicialmente se interessou por física e matemática, mas depois se voltou às ciências humanas. Em 1961 e entre 1964 e 1965, passou dois anos na Índia, na primeira passagem dando aula de economia para alunos de graduação e, na segunda passagem, fazendo parte da pesquisa de seu Ph.D. Voltou à Índia entre 1966 e 1968 para dar aula e trabalhar com planejamento econômico (WEISSKOPF, 2000, p. 709-710). Quando voltou aos Estados Unidos, em 1968, Weisskopf se aproximou da economia radical e da nova esquerda, enquanto era professor assistente em Harvard. Em 1972 tornou-se professor efetivo em Michigan.

Por sua vez, David Gordon (1944-1996), veio de uma família de economistas. Tanto sua mãe quanto seu pai, que foi presidente da *American Economics Association*, foram economistas. Seu único irmão, Robert J. Gordon, é uma das principais figuras da macroeconomia novo-keynesiana. David Gordon completou seu Ph.D. em 1971, em Harvard. Dois anos depois começou a dar aula na *New School for Social Research* (GORDON, 2000, p. 250). Gordon iniciou sua carreira pesquisando sobre mercado de trabalho e processo de trabalho nos Estados Unidos. Por vezes o grupo de autores com os quais ele se identifica é chamado de “escola das relações sociais”, por focar a análise do mundo do trabalho não apenas na esfera da tecnologia, mas também no conflito capital-trabalho¹⁰. Assim como Bowles, também participou da campanha eleitoral de Jesse Jackson à presidência, em

¹⁰ Uma das contribuições desse tipo de abordagem é a análise da segmentação do mercado de trabalho americano, que reproduz e explora divisões entre os trabalhadores. Outra contribuição é a explicação da variação da produtividade não apenas com base na tecnologia, mas também na forma como são administrados os conflitos no mundo do trabalho.

1988 (GORDON, 2000, p. 251-253).

Outro autor relevante para a abordagem das estruturas sociais de acumulação, Michael Reich, filho de judeus sobreviventes do holocausto, nasceu em 1945 na Polônia e migrou, juntamente com sua família, para os Estados Unidos, em 1949. Começou sua vida acadêmica estudando física e matemática e fez estágio em um laboratório da marinha americana em Washington (REICH, 2000, p. 526). Fez seus estudos de Ph.D. em Harvard. Apesar de o curso ser convencional, pôde ter contato com professores radicais ao realizar uma pesquisa sobre mercado de trabalho, juntamente com David Gordon, sob a supervisão de John T. Dunlop, Peter B. Doeringer e Michael J. Piore (REICH, 2000, p. 527). Dessa pesquisa teve origem a teoria sobre o mercado de trabalho dual, de Doeringer e Piore, além da teoria sobre segmentação do mercado de trabalho, de Reich, Gordon e Edwards¹¹.

A partir de meados dos anos 1970, a preocupação de uma parte dos autores radicais americanos se voltou à macroeconomia. Aqui, novamente as explicações para as variáveis importantes, como lucratividade, investimento e crescimento, se voltaram para as instituições e para as relações de conflito e de poder (GORDON, 2000, p. 252; REICH, 2000, p. 530; WEISSKOPF, 2000, p. 712). Foi o próprio Gordon (1978, 1980) o autor pioneiro no estabelecimento de um conceito que procurasse apreender as mudanças de longo prazo no comportamento macroeconômico com base em instituições, transformações tecnológicas e no conflito social. Gordon (2000, p. 251) identifica a teoria das estruturas sociais de acumulação como um corpo de análise de nível intermediário, devotado ao estudo das etapas do capitalismo.

3. OS PRIMEIROS USOS DO CONCEITO DE ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO

O primeiro texto em que foi utilizado o conceito de estrutura social de acumulação é “*Up and down the long roller coaster*”, de David Gordon, publicado em 1978. O objetivo principal dessa obra é a compreensão da crise econômica da década de 1970. Para isso, o autor procurou combinar as contribuições teóricas de Marx com uma análise mais concreta das instituições e dos tipos de crise característicos dos diferentes períodos do capitalismo (GORDON, 1978, p. 22).

Gordon (1978, p. 23), adota, neste primeiro trabalho, a perspectiva de ondas longas, também conhecidas como ciclos de Kondratiev, para periodizar o capitalismo. Desse modo, o autor

¹¹ Segundo a teoria do mercado de trabalho dual, elaborada primeiramente por Doeringer e Piore (1971), existiriam dois mercados de trabalho. O primeiro caracterizado por altos salários, estabilidade e mobilidade na hierarquia das firmas, enquanto o segundo seria caracterizado por baixos salários, alta rotatividade e ausência de perspectiva de promoção (REICH, 2000, p. 257). Nos anos seguintes, vários autores, inclusive Reich, Gordon e Edwards (1973) e Edwards, Reich e Gordon (1975) desenvolveram a hipótese da segmentação do mercado de trabalho. No artigo de 1973, os autores realizaram uma revisão da literatura sobre o assunto e identificaram quatro tipos de segmentação: a dualidade entre mercados de trabalho primários e secundários (o mercado primário ofereceria maior qualificação, mais estabilidade e maiores salários); a segmentação no âmbito do mercado primário entre trabalhadores subordinados (pior remunerados e com tarefas rotinizadas) *versus* independentes (mais valorizados e criativos); a segmentação por raça; a divisão por sexo.

afirma que o primeiro ciclo econômico ascendente teria ocorrido na Inglaterra entre o final do século XVIII e, aproximadamente, a década de 1820, puxado pela Revolução Industrial. As décadas de 1830 e 1840 seriam um período de crise, que só teria fim com o início do próximo *boom*, associado com a construção de ferrovias, indústrias de ferro e aço, além de vestuário. Entre 1873 e meados da década de 1890, teria ocorrido mais uma crise, chamada de Grande Depressão, pelos seus contemporâneos. Porém, nas décadas seguintes, novas transformações do capitalismo surgiriam, no período que seria marcado tanto pelo uso da eletricidade, pelo imperialismo e pelos monopólios, quanto pela organização dos sindicatos e adoção das primeiras políticas chamadas de progressistas. Os Estados Unidos cresceriam muito, até a Crise de 1929, marcada pelo colapso do sistema bancário e pelo desemprego em massa. Depois disso, os Estados teriam que intervir, realizando reformas para superar a crise, que associadas à Segunda Guerra Mundial, acabariam alterando a geografia do poder político e econômico mundial. Estas últimas mudanças serviriam de base para o crescimento rápido das décadas seguintes (GORDON, 1978, p. 24)¹².

O autor critica as explicações das ondas longas baseadas em eventos acidentais, como guerras ou invenções e propõe que se adote a perspectiva marxista para analisar as ondas longas com base na acumulação de capital, que, por sua vez, é vista como um fenômeno complexo, que necessita de um conjunto de instituições para ocorrer de modo estável (GORDON, 1978, p. 26-27). O arcabouço institucional necessário para a estabilização de uma determinada etapa do capitalismo é chamado pelo autor de estrutura social de acumulação.

Nesse primeiro trabalho, o autor argumenta, partindo do pensamento marxista, que há algumas relações fundamentais no capitalismo: “A acumulação capitalista está enraizada em algumas relações que envolvem contradições fundamentais – a anarquia potencial da competição, por exemplo, e a oposição entre trabalhadores e patrões na produção. Enquanto essas contradições podem ser silenciadas por um tempo, elas estão profundamente enraizadas na estrutura do capitalismo, para desaparecerem” (GORDON, 1978, p. 28). O autor, ainda com base em Marx, menciona as principais formas possíveis de crise no capitalismo:

O estoque de reserva de trabalhadores pode secar, comprimindo os lucros. Ou a exploração bem-sucedida pode reduzir a demanda efetiva, criando crises de realização e estagnação. Ou o contínuo investimento que causa substituição dos trabalhadores pode reduzir a base na qual os lucros são produzidos, eventualmente causando crise de lucratividade. Espreitando, como sombras, ao longo de todos esses caminhos, estão os problemas potenciais de “desproporcionalidade”, os desequilíbrios anárquicos entre oferta e demanda entre firmas e setores capitalistas (GORDON, 1978, p. 28).

Apesar de suas muitas contradições, o capitalismo é capaz de sobreviver às crises, principalmente porque essas podem fornecer as bases necessárias para uma retomada do processo de

¹² Gordon (1978, p. 24-26) apresenta alguns dados estatísticos sobre comércio mundial, mudanças nos preços nos Estados Unidos e produção industrial na Alemanha, Inglaterra, além dos Estados Unidos. Segundo o autor, esses dados indicariam a validade das teorias de ondas longas.

acumulação de capital, de uma maneira que corrija, ao menos temporariamente, as contradições que as originaram: se os salários estão muito altos, o desemprego forçará uma redução salarial; se a lucratividade das empresas está baixa, uma recessão elimina as firmas menos competitivas e lucrativas (GORDON, 1978, p. 28). Um raciocínio análogo é válido para as instituições responsáveis por cada etapa do capitalismo. Se algumas instituições não são capazes de garantir um nível lucrativo de acumulação, toda a estrutura institucional acabaria sendo substituída (GORDON, 1978, p. 28).

Uma das preocupações principais de Gordon (1978, p. 30-31), em seu primeiro artigo sobre estruturas sociais de acumulação é a explicação para a duração das ondas longas: tanto os períodos de crescimento quanto os de crise durariam cerca de vinte e cinco anos. Por um lado, a inércia da estrutura institucional é explicada pelos interesses econômicos dos capitalistas individuais, que não estão preparados para mudar suas estratégias de negócio e pela falta de coordenação, que também contribui com a duração das crises. Por outro lado, as mudanças profundas na infraestrutura da economia explicariam as grandes ondas de investimento, concentradas no início da expansão e causadoras dos efeitos multiplicadores subsequentes¹³.

No que diz respeito à época de ouro do capitalismo, Gordon (1978, p. 32) caracteriza a estrutura social de acumulação da seguinte maneira: empresas organizadas em conglomerados e corporações multinacionais; luta de classes moderada pela cooptação parcial dos trabalhadores; competição intercapitalista moderada; estabilidade internacional garantida pelo poder militar dos EUA; crédito fácil e o dólar como moeda internacional; gastos sociais moderados e tolerância da intervenção estatal, particularmente na construção de infraestrutura; algumas instituições sociais, como a escola, ajudariam na reprodução da força de trabalho; participação crescente das mulheres na força de trabalho; salários reais e produtividade crescentes garantiam estabilidade nas relações de trabalho; segmentação do mercado de trabalho (impedia que os custos e os benefícios dos salários crescentes e direitos sociais atingissem todos os trabalhadores); disponibilidade de matérias-primas baratas; demanda final garantida pelo consumo crescente (especialmente de carros e casas em um contexto de suburbanização); política fiscal expansionista (particularmente por meio de gastos militares).

Tal sistema econômico apresentava contradições, que teriam começado a se agravar em meados dos anos 1960. O autor argumenta que parece necessário separar a dissolução da estrutura institucional em dois níveis, um mais abstrato e outro mais concreto. Porém, o que Gordon (1978, p. 32-33) faz, na prática, é identificar um conjunto de contradições responsáveis pela crise, no plano da

¹³ Gordon (1978, p. 31) fornece alguns exemplos do tipo específico de investimento importante em cada onda longa: ferrovias entre 1840 e 1870, usinas de energia elétrica entre 1890 e a primeira década do século XX, infraestrutura de energia, autoestradas e aeroportos depois da Segunda Guerra Mundial.

etapa específica do capitalismo: a automação das indústrias americanas teria provocado diminuição da lucratividade; alguns países, como o Vietnã, começaram a combater o imperialismo americano; minorias, como mulheres e estudantes começaram a demandar mudanças mais profundas na sociedade; a recuperação econômica da Europa e do Japão acirrou a competição com as empresas estadunidenses; trabalhadores ampliaram as demandas salariais e fizeram maior número de greves; a inflação e os déficits comerciais americanos alimentaram o mercado de eurodólares e a especulação financeira, destruindo o sistema monetário de Bretton Woods; houve aumento dos preços de matérias primas.

Em virtude da crise econômica, as corporações estariam, no final da década de 1970, momento de publicação do texto, tentando realizar uma mudança institucional. Caberia aos trabalhadores entender o fenômeno e procurar influenciar tais mudanças (GORDON, 1978, p. 34). Como a taxa de crescimento da economia seria determinada especificamente pelas ondas de investimento em infraestrutura e seus efeitos multiplicadores, caberia aos trabalhadores lutar por uma melhor distribuição da renda e pela ampliação de direitos sociais.

Depois de aparecer pela primeira vez no artigo de Gordon de 1978, “*Up and down the long roller coaster*”, o conceito de estrutura social de acumulação foi trabalhado no artigo “*Stages of accumulation and long economic cycles*”, do mesmo autor, apresentado em 1979 na conferência *Political Economy of the World-System*, ocorrida na Universidade Estadual de Nova York, em Binghamton. No ano seguinte, o artigo foi publicado numa coletânea organizada por Terence K. Hopkins e Immanuel Wallerstein.

Tal artigo teve como objetivo construir uma base teórica mais sólida para a compreensão das ondas longas do capitalismo, realizando uma leitura marxista das contribuições de Kondratiev e de Schumpeter, a partir das teorias dos estágios do capitalismo elaboradas por Lênin, Mandel, Uno, Baran e Sweezy. Para tanto, Gordon (1980, p. 10), procurou responder às seguintes perguntas, que as teorias das ondas longas teriam dificuldade de responder: “Por que os ciclos longos devem ser recorrentes? Por que eles duram cerca de cinquenta anos? O que determina sua amplitude? Qual a conexão entre as causas da estagnação e uma nova explosão da acumulação, na sequência?” O autor procura responder esses questionamentos partindo dos requisitos estruturais à acumulação de capital.

Para ele, a acumulação de capital não é um processo totalmente redutível aos aspectos técnicos da produção. Ela “não ocorre num vácuo”. O ambiente no qual ocorre a acumulação de capital inclui não só elementos econômicos, mas também fatores políticos e sociais, tais como as relações de trabalho e as ações do governo: “A acumulação de capital por meio da produção capitalista não pode ocorrer num vácuo ou no caos. Os capitalistas individuais não vão investir na produção se eles são incapazes de fazer cálculos razoavelmente determinados das taxas esperadas de retorno. Caso a possibilidade desses cálculos falhe, eles vão deixar seu dinheiro nas esferas comercial e financeira

(...)” (GORDON, 1980, p. 11).

Gordon (1980) elabora uma lista longa, mas que não exaure totalmente o assunto, com instituições, ou estruturas, que deveriam ser estáveis para garantir uma acumulação de capital por um período longo de tempo. Os componentes de uma estrutura social de acumulação seriam: estrutura corporativa, forma da competição, forma da luta de classes, sistema monetário, tipo de Estado, estrutura da oferta de bens primários e de bens intermediários, estrutura familiar, forma do mercado de trabalho, tipo do gerenciamento do trabalho, composição da demanda de consumo final, sistema financeiro e estrutura administrativa das firmas.

É importante destacar que, nas elaborações pioneiras de Gordon (1978; 1980, p. 22-31), as diferentes etapas da acumulação do capital são tanto um fenômeno qualitativo quanto um fenômeno quantitativo e periódico, já que o autor aceita a possibilidade da existência dos ciclos de Kondratiev. A explicação para os períodos de cerca de quarenta e seis anos que delimitariam cada onda longa do capitalismo se dá com base nos investimentos em infraestrutura concentrados justamente na fase inicial do ciclo e com períodos longos de maturação e de depreciação. Alguns exemplos desses investimentos estruturais de longo prazo seriam as ferrovias, em meados do século XIX, a eletricidade e a infraestrutura urbana, no começo do século XX, as autoestradas, os aeroportos, os sistemas de comunicação e o complexo petroquímico, após a Segunda Guerra.

Uma estrutura social de acumulação pode passar por dois tipos principais de crise, a crise cíclica, superada nos termos da estrutura institucional vigente, e uma crise grave, que dissolve a estrutura institucional. Uma estrutura social de acumulação garante elevado crescimento econômico por algum tempo, mas como o crescimento econômico tende a ser reduzido com a maturidade do arcabouço institucional, as contradições do regime se acentuam (notadamente os conflitos distributivos).

Nas primeiras formulações da teoria, os conflitos de classe ocupam um papel bastante secundário, já que a origem e a crise de uma etapa do capitalismo podem ser explicadas apenas pelo início e pela exaustão das ondas de acumulação de capital. Os conflitos sociais, políticos e distributivos apenas acelerariam ou dariam início à crise, explicada fundamentalmente pela exaustão das ondas de investimento, provocando efeitos multiplicadores recessivos. Uma vez ocorrida a crise de uma estrutura social de acumulação, tanto os capitalistas quanto os trabalhadores se interessariam pela volta do rápido crescimento econômico. Dada a impossibilidade de restauração da estrutura social de acumulação anterior, dever-se-ia construir uma nova estrutura institucional. É aqui que a luta de classe aparece de forma mais presente, já que as classes sociais conseguiriam determinar muitas das formas institucionais mais importantes do capitalismo.

Depois dos trabalhos pioneiros de David Gordon, a abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação se consolidou com o livro “*Segmented work, divided workers*”, de David

Gordon, Richard Edwards e Michael Reich, publicado em 1982, e que procura compreender a falta de radicalismo e de unidade na classe trabalhadora americana. Na verdade, como os próprios autores deixam claro, tal preocupação é recorrente entre os economistas radicais americanos, pelo menos desde o início da década de 1970.

A literatura sobre sociologia do trabalho levantou diversas hipóteses para procurar explicar a pouca radicalização das demandas dos trabalhadores nos Estados Unidos. Entre os fatores que poderiam explicar o fenômeno, destacam-se o nível de prosperidade econômica, a precoce conquista do sufrágio masculino, a subordinação do movimento trabalhista ao Partido Democrata, a estrutura política bipartidária, o poder da mídia, além de fatores raciais, religiosos e étnicos (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 4-5). A abordagem desenvolvida no livro “*Segmented work, divided workers*” reconhece a pertinência de vários desses argumentos, embora não os considere totalmente satisfatórios. Os autores procuram por um fator mais estrutural, capaz de explicar porque as diferenças culturais não foram diluídas com o tempo. E encontram esse fator na divisão dos trabalhadores no processo de trabalho.

Ao longo do livro, Gordon, Edwards e Reich (1982, p. 8) procuram analisar a história da classe trabalhadora americana tendo por base a interação entre: 1) as ondas longas da atividade econômica; 2) as estruturas sociais de acumulação; 3) a organização do processo de trabalho e a estrutura do mercado de trabalho. E definem da seguinte maneira uma estrutura social de acumulação:

Nós entendemos por estrutura social de acumulação um ambiente institucional específico no qual o processo de acumulação capitalista é organizado. Tal acumulação ocorre em estruturas históricas concretas: nas firmas comprando insumos em um conjunto de mercados, produzindo bens e serviços e vendendo tais produtos em outros mercados. Essas estruturas são cercadas por outras, que incidem sobre o processo de acumulação capitalista: o sistema monetário e de crédito, o padrão de intervenção estatal na economia, o caráter da luta de classes e assim por diante. Nós chamamos esse conjunto coletivo de instituições uma estrutura social de acumulação. Nosso foco nas ondas longas deriva, em parte, da hipótese de que cada onda longa do capitalismo é associada a uma estrutura social de acumulação distinta (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 9-10).

Como o livro é voltado para a história das transformações de longo prazo do mundo do trabalho nos Estados Unidos, Gordon, Edwards e Reich (1982, p. 10-11) constroem uma hipótese para o ciclo de vida da estrutura que modela o processo de trabalho e o mercado de trabalho. Cada estrutura social de acumulação passaria por períodos de exploração, consolidação e de decadência. Na primeira fase, que começa na etapa de estagnação anterior, os capitalistas experimentariam novos métodos de gerência do trabalho, com o objetivo de superar problemas presentes na estrutura institucional anterior. Na fase de consolidação, por seu turno, ocorreria rápida acumulação de capital e taxas de lucro relativamente altas. Por fim, ocorreria a decadência, fase marcada pela estagnação e pelas lutas dos trabalhadores, que minariam as estruturas existentes no processo de trabalho e no mercado de trabalho. Esse último período levaria à busca por inovações que delineariam a nova etapa do capitalismo.

No segundo capítulo do livro, os autores procuraram refinar os marcos teóricos. Procuram partir da contribuição de Marx e, a partir daí, compreender as transformações nas etapas do capitalismo. De acordo com Gordon, Edwards e Reich (1982, p. 19-20), a análise marxista, centrada nas duas características principais do sistema capitalista (a concorrência e o conflito entre capital e trabalho), chegou a cinco importantes tendências do modo de produção:

- 1) Acumulação capitalista continuamente procura expandir as fronteiras do sistema capitalista (...).
- 2) Acumulação capitalista persistentemente aumenta o tamanho das grandes corporações e concentra o controle e a propriedade do capital em proporcionalmente poucas mãos (...).
- 3) A acumulação de capital generaliza o trabalho assalariado como o sistema predominante de produção, empurra uma proporção crescente da população ao status de trabalhador assalariado e amplia novamente o estoque de reserva de trabalho. (...) O poder relativo de capitalistas e trabalhadores é mediado pela taxa na qual essa ampliação procede (...).
- 4) Acumulação capitalista continuamente muda o processo de trabalho, tanto através da introdução, pelos empregadores, de tecnologias aprimoradas e novas máquinas quanto através da imposição de sistemas de gerenciamento crescentemente intensivos sobre os trabalhadores (...).
- 5) De modo a se defender contra os efeitos da acumulação capitalista, os trabalhadores têm respondido com suas próprias atividades e lutas.

Os autores vislumbram a abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação como um tipo de análise intermediária entre uma visão abstrata e geral do capitalismo, elaborada por Marx, e a descrição mais histórica e concreta do funcionamento da economia:

Nós propomos que um nível intermediário de análise, focado na lógica das ondas longas e das etapas do capitalismo, é necessário para a compreensão do desenvolvimento capitalista. Esse nível de análise intermediário procura complementar tanto a análise abstrata e tradicional de Marx do desenvolvimento capitalista quanto a análise mais recente e concreta da vida cotidiana (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 22).

Em relação à periodização da história do trabalho na economia americana, os autores identificam três grandes etapas. Tais períodos são associados às três estruturas sociais de acumulação. O período de proletarização inicial, que vai da década de 1820 à década de 1870, marcaria a fundação do mercado de trabalho. Os salários ainda não seriam determinados concorrencialmente. Os trabalhadores possuiriam o controle sobre o processo de trabalho e os empregados mais experientes ensinariam as tarefas aos mais novos. Na etapa da homogeneização, que teria durado da década de 1870 até o início da Segunda Guerra Mundial, o trabalho teria sido reduzido a operações que exigiriam pouca qualificação. O processo de trabalho não mais seria controlado pelos empregados, mas sim pelos gerentes e pelos empregadores. Teria sido generalizado o uso de máquinas e o mercado de trabalho ficado mais competitivo. Por fim, no período da segmentação, que vai da década de 1920 até pelo menos a publicação do livro, o processo de trabalho teria sido segmentado. Como consequência, teria sido gerada uma hierarquia entre os funcionários e o movimento trabalhista não teria conseguido se organizar (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 3).

A crise da estrutura social de acumulação do pós-guerra teria suas raízes nos anos 1960,

quando teriam sido melhorados os salários reais, a seguridade social e as condições de trabalho. Como resposta, as firmas começariam a se mudar para as regiões menos industrializadas dos Estados Unidos, cresceria a hostilidade contra os sindicatos e também contra as legislações trabalhista e de seguridade social. Algumas estratégias adotadas pelos empresários incluiriam a adoção de novas tecnologias, formas mais “participativas” de trabalho e a introdução de técnicas japonesas de administração. Não só nos Estados Unidos, mas em vários países desenvolvidos, ocorreriam discussões tanto sobre como superar a estagflação, quanto sobre os níveis de tributação e de gastos sociais adequados para os países. As características que prevaleceriam nas décadas seguintes à obra dependeriam da força relativa de trabalhadores e dos capitalistas (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 168; 215-227).

No caso específico dos Estados Unidos, o governo Reagan parecia propor a construção de uma nova estrutura social de acumulação, com uma coalizão política que combate os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos, reduzindo os gastos sociais e ampliando os de defesa, embora a disputa política sobre as modificações institucionais da economia americana continuasse aberta. Em outras palavras, não estava garantida a construção de uma nova “estrutura institucional que reiniciasse um período de rápido crescimento econômico” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 2-3; 240-243). Como será mostrado a seguir, a agenda de pesquisa dos autores da EESA, nos anos 1980, gravitará em torno da compreensão e do combate às ideias e práticas que viriam a ser chamadas de “*Reaganomics*”.

Conforme foi visto, a pesquisa em termos de estruturas sociais de acumulação se originou de um movimento mais amplo de reformulação do pensamento econômico nos EUA, a economia política radical. Em um primeiro momento (GORDON, 1978, 1980) o arcabouço teórico das estruturas sociais de acumulação foi utilizado para explicar as ondas longas do capitalismo, seguindo uma tradição de pensadores marxistas e schumpeterianos. Já em um segundo momento (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982), o conceito serviu de pano de fundo para a compreensão das transformações de longo prazo das relações de trabalho predominantes nos EUA, também seguindo a tradição radical americana. Nesse segundo momento não mais havia a preocupação em explicar a suposta periodicidade das ondas longas.

4. PANORAMA DOS DESENVOLVIMENTOS DA EESA NOS ANOS 1980 E 1990

Ao longo da década de 1980, Bowles, Gordon e Weisskopf escreveram vários artigos e dois livros – “*Beyond the wasteland*” e “*After the wasteland*” – sobre as mudanças de longo prazo da

economia dos EUA e sobre a economia neoconservadora de Reagan¹⁴. De acordo com Bowles (2000, p. 76), em 1979 teve início a cooperação com David Gordon e Thomas Weisskopf, a pedido de uma coalizão de sindicatos e grupos políticos progressistas, para compreender a estagnação da economia americana na década de 1970. Os autores usaram o conceito de estrutura social de acumulação para entender mudanças na taxa de crescimento, na taxa de lucro e no movimento dos salários. Além disso, propuseram uma série de medidas para diminuir o desperdício e a falta de democracia no sistema produtivo americano.

Na década de 1990, infelizmente, David Gordon faleceu (em 1996), mas antes disso escreveu algumas obras que contribuíram com a EESA. De acordo com McDonough (2010, p. 11-12), o falecimento de Gordon teve como consequência indireta o afastamento de Bowles e de Weisskopf do projeto de pesquisa da abordagem. Samuel Bowles passou a se dedicar à construção de uma microeconomia heterodoxa e evolucionária e Thomas Weisskopf passou a pesquisar temas ligados ao socialismo, à transição econômica e social da antiga União Soviética, à desigualdade e às ações afirmativas. Apesar de alguns pensadores importantes não terem dado prosseguimento às pesquisas em termos de estruturas sociais de acumulação, a corrente continuou sendo desenvolvida por outros autores, principalmente David Kotz, Terrence McDonough e Michael Reich, organizadores de dois livros essenciais sobre o tema: “*Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis*”, publicado em 1994 e “*Contemporary capitalism and its crises: social structure of accumulation theory for the 21st century*”, publicado em 2010.

Um livro importante para a consolidação da EESA, “*Beyond the waste land*”, de Bowles, Gordon e Weisskopf, foi publicado em 1984. Nesse livro os autores não utilizam o termo estrutura social de acumulação, embora utilizem o termo estrutura corporativa do pós-guerra, que tem significado análogo. No livro seguinte, “*After the waste land*”, escrito pelos mesmos autores e publicado em 1990, o termo estrutura social de acumulação é utilizado diversas vezes. O segundo livro é uma atualização do anterior, tendo cerca de metade de seu conteúdo idêntico ao do primeiro livro.

No que se refere à análise da economia americana do ponto de vista das etapas do capitalismo, o argumento de ambos os livros é praticamente idêntico. Os autores fazem uma análise histórica, rica em dados estatísticos, sobre a construção e a decadência das formas institucionais que garantiram o funcionamento da estrutura social de acumulação do pós-guerra, chamada na primeira obra de sistema corporativo do pós-guerra, uma estrutura institucional construída, de forma não intencional, nos Estados Unidos, nas décadas de 1930 e de 1940 e que forneceu as bases para o rápido crescimento das décadas de 1950 e 1960.

¹⁴ Além dos livros, os mesmos autores publicaram vários artigos, que sintetizam algumas ideias dos livros (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1986, 1989).

Em “*Beyond the waste land*”, os autores identificam como três as principais dimensões do sistema corporativo: a *pax americana* (a hegemonia americana no plano internacional), o acordo capital-trabalho (que garantia ganhos salariais expressivos a uma parte dos trabalhadores) e o acordo capitalistas-cidadãos (a estabilidade macroeconômica e a ampliação moderada dos direitos sociais). Já em “*After the waste land*”, além dessas três estruturas, é identificada outra: a limitada competição das empresas americanas (durante décadas as mais eficientes do mundo).

Gordon, Bowles e Weisskopf (1984, p. 81-82; 1990, p. 63-66) argumentam que, a partir de meados dos anos 1960, o sistema corporativo do pós-guerra teria entrado em crise. No plano internacional, as empresas europeias e japonesas teriam se tornado competitivas, erodindo os superávits comerciais americanos. Além disso, os Estados Unidos são derrotados no Vietnã e a OPEP aumenta o preço do petróleo, uma matéria-prima absolutamente central para a economia americana.

No que se refere ao acordo capital-trabalho, a coalizão que possibilitava crescimento econômico, salários crescentes e lucratividade, passou a ser ameaçada desde o final da década de 1950. Neste período, teria crescido a insatisfação dos excluídos da relação salarial, principalmente negros e mulheres. A resposta governamental acomodou muitas das demandas, fazendo programas como *Medicare*, *Medicaid*, *food stamps*, a legislação do *Great Society*, a ampliação da assistência social e a introdução de ações afirmativas (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 84-91; 1990, p. 66-72).

Por fim, a terceira erosão identificada pelos autores é a da própria lógica da lucratividade, exemplificada com as campanhas favoráveis à maior saúde e segurança nos setores petrolífero, químico, nuclear, de mineração etc. Já no início da década de 1970, cresceria a regulamentação favorável aos trabalhadores e aos consumidores, por meio de agências governamentais (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 91-97; 1990, p. 72-75). Como resultado da elevação salarial, do aumento dos impostos e da regulamentação trabalhista, teria caído a lucratividade das empresas americanas, a partir de 1965.

Em meados dos anos 1960, durante os governos Kennedy e Johnson, o governo simultaneamente reduziu o imposto de renda corporativo e ampliou os gastos públicos, tanto em virtude da Guerra do Vietnã, quanto da Guerra contra a Pobreza. Tais aumentos de gastos seriam resultado de pressões internacionais e domésticas contra o sistema corporativo do pós-guerra. Os déficits fiscais crescentes, aliados a uma política monetária também expansionista, em um ambiente de baixa taxa de desemprego e salários reais crescentes, contribuiriam com a pressão inflacionária e com a diminuição dos lucros (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 99-105; 1990, p. 80-84).

Na década de 1990, os autores da EESA continuaram a busca por explicações para o momento pelo qual passava a economia mundial. Questionando se os Estados Unidos possuíam uma

nova estrutura social de acumulação, David Gordon reconheceu que não é fácil distinguir o período de decadência de uma ordem, do começo de outra. O autor argumentou que as mudanças do capitalismo da época eram mais consequência do desmantelamento da estrutura social de acumulação das décadas de 1950 e 1960 do que de transformações sistêmicas, diagnosticadas por vários autores de esquerda. Assim, a nova divisão internacional do trabalho, o aumento do investimento especulativo e a globalização da produção não poderiam ser vistos como transformações duradouras do capitalismo: “Essas mudanças são melhor compreendidas não como sintomas da transformação institucional, mas antes como uma consequência da erosão da estrutura social de acumulação que condicionava a prosperidade capitalista nas décadas de 1950 e 1960” (GORDON, 1994, p. 292). O início da década de 1990 é melhor entendido como de “decadência global” do que de transformação do sistema econômico.

No posfácio ao seu livro de 1994, Kotz, McDonough e Reich (1994b) concordam com Gordon (1994), reconhecendo que a maior parte dos seguidores da abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação encarava o capitalismo das décadas de 1980 e 1990 como uma continuação da crise dos anos 1970. A superação de tal crise só seria possível com a criação de uma nova estrutura social de acumulação, que se mostrasse viável. Para isso, deveriam ser construídas novas instituições, seja a nível nacional, seja no plano internacional.

Muitos seguidores da abordagem da estrutura social de acumulação veem a condição atual do capitalismo mundial como uma continuação da estagnação que começou no final dos anos 1960 ou começo dos anos 1970. A longa duração desse período de estagnação resulta da falha, até agora, em criar uma estrutura social de acumulação nova e viável. Um novo período de expansão vigorosa requereria um novo conjunto de instituições internacionais efetivas, assim como de instituições nacionais efetivas, nos principais países capitalistas (KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994b, p. 307-308).

Poucos textos que utilizavam o arcabouço teórico da EESA caracterizaram a década de 1990 como um período com uma estrutura social de acumulação estabelecida. Lippit (1997) foi a principal exceção. O autor argumentou que o arcabouço institucional que prevaleceria na economia americana seria marcado pelo fortalecimento do capital em relação ao trabalho, pela desregulamentação da economia, por um governo menor e pelo crescimento dos fluxos internacionais de comércio e de capital. Entretanto, o diagnóstico prevalecente nas principais publicações da EESA apontava para a ausência de uma estrutura social de acumulação.

Resumindo os desenvolvimentos da abordagem nas décadas de 1980 e 1990, pode-se observar que, enquanto na década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980 a abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação foi utilizada como pano de fundo para a compreensão das ondas longas do capitalismo (GORDON, 1978, 1980) e também da história da classe trabalhadora americana (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982), no restante da década de 1980 o arcabouço teórico foi utilizado para o entendimento da conjuntura americana do período. A ambição inicial da

escola, de desenvolver uma análise intermediária que complementasse a abordagem de Marx, foi sendo substituída por análises de conjuntura e estudos de caso. Nos importantes trabalhos dos anos 1980 (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984; 1990) a ambição teórica inicial da escola foi substituída pela descrição detalhada da ascensão e queda da estrutura institucional do pós-guerra. O *Reaganomics* aparece como uma resposta pouco eficaz para os problemas de longo prazo do capitalismo americano. Nos anos 1990 a teoria foi utilizada para a compreensão do baixo crescimento do período. O começo da década de 1990 seria caracterizado, pela maior parte dos adeptos da EESA, como um período de crise, marcado pela ausência de uma estrutura social de acumulação, definida como um arcabouço institucional que “permite uma acumulação de capital rápida e estável” (GORDON, 2000, p. 251).

5. REINTERPRETAÇÃO DO CONCEITO DE ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO

Serão agora apresentados usos do conceito de estrutura social de acumulação para a compreensão do capitalismo contemporâneo e a reinterpretação desse mesmo conceito para procurar explicar o capitalismo neoliberal. Em um texto intitulado “*The state, globalization and phases of capitalist development*”, Kotz (2001, p. 93) afirma que haveria, na história do capitalismo, a sucessão entre períodos de grande crescimento econômico – caracterizados como as três “eras de ouro”, ocorridas entre as décadas de 1840 e 1870, entre meados de 1890 e 1913, e nos vinte e cinco anos do pós-guerra – e épocas de resultado econômico pobre, tais como o período entre meados da década de 1870 e o início da década de 1990, os anos 1930 e as décadas de 1980 e 1990. A alternância entre esses longos períodos de rápido crescimento e as épocas de crescimento baixo ou ausente formariam as ondas longas do capitalismo, explicadas pela construção e decadência de uma estrutura social de acumulação (KOTZ, 2001, p. 93).

Contrariando o senso comum, que apontaria para uma recuperação da economia americana na década de 1990, David Kotz (2001, p. 94) argumenta que, de uma perspectiva histórica, as estatísticas de crescimento do PIB e da produtividade no período não são muito diferentes dos números apresentados nos períodos de crise, entre 1973 e 1979, e na década de 1980: “Até o momento desse escrito, cerca de vinte e cinco anos se passaram desde o fim da última expansão de onda longa, e não há evidência nos dados econômicos para os maiores países capitalistas de que uma nova estrutura social de acumulação, e com ela uma nova fase do desenvolvimento capitalista, tenha ainda surgido” (KOTZ, 2001, p. 95).

Se a agenda neoliberal estava sendo bem sucedida em reduzir o papel do Estado, ela não seria capaz de construir uma estrutura social de acumulação, já que não teria sido capaz de construir as instituições necessárias para promover uma acumulação de capital rápida, estável e duradoura:

“(...) se uma estrutura social de acumulação é entendida não apenas como um conjunto de instituições que afeta a acumulação de capital, mas como um conjunto de instituições que promovem uma acumulação rápida e estável, então a continuação da ausência de rápido crescimento no longo prazo dos países capitalistas industrializados é inconsistente com o argumento de que nós temos agora uma estrutura social de acumulação neoliberal” (KOTZ, 2001, p. 97).

Mais recentemente, os autores da EESA começaram a teorizar o capitalismo das últimas décadas como sendo algo mais do que uma simples continuação da crise da década de 1970. David Kotz foi o principal teórico a advogar essa ruptura, que promove uma releitura do conceito central da escola. Em um artigo recente e em um capítulo do livro de Kotz, McDonough e Reich (2010), David Kotz (2006) e Martin Wolfson e David Kotz (2010) fazem uma releitura do conceito básico da escola, que teria apresentado dificuldades de explicar a realidade econômica das últimas décadas, conhecida como neoliberalismo:

Nos EUA, o neoliberalismo tem significado crescente desigualdade de renda, desregulamentação dos mercados industrial e financeiro, influência crescente dos mercados financeiros na tomada de decisões corporativas, política fiscal que enfatiza cortes de impostos para os ricos e cortes em programas sociais, política monetária que coloca uma ênfase maior em redução da inflação que do desemprego e crescimento econômico lento (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 72).

Como o neoliberalismo é uma estrutura institucional coerente que existe desde os anos 1980, ele é uma estrutura social de acumulação, apesar de promover um baixo crescimento econômico (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 73). Não haveria argumentos teóricos sólidos para justificar que uma estrutura social de acumulação tenha que promover o crescimento econômico acelerado. O simples fato de que um período de elevado crescimento exija uma estrutura social de acumulação adequada não implica que toda estrutura social de acumulação garanta rápido crescimento (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 76-77).

As instituições são importantes para explicar o funcionamento do capitalismo e para diferenciar os períodos de acumulação rápida dos períodos de pior desempenho macroeconômico. Porém a afirmação de que todas as formas estruturais sustentam uma acumulação acelerada não seria validada pela observação histórica do capitalismo. É uma prioridade maior para os capitalistas manter ou ampliar a taxa de lucro do que ampliar o ritmo da atividade econômica (KOTZ 2006, p. 5-6; WOLFSON; KOTZ, 2010, p. 76-80).

No sistema capitalista, as empresas teriam um grande poder político, exercendo uma influência decisiva na construção de uma estrutura social de acumulação. As instituições que promovem uma alta taxa de lucro deveriam ser preferidas por esse segmento. Muitas vezes a classe capitalista agiria em conjunto, com o objetivo de assegurar seus interesses comuns, entre os quais o de restaurar sua lucratividade ou um nível razoável de crescimento. Uma taxa medíocre de crescimento não seria motivo suficiente para uma mobilização política capitalista com o intuito de realizar reformas sistêmicas. Uma depressão prolongada, por outro lado, provocaria mobilização maior dos segmentos empresariais. Uma estrutura social de acumulação é melhor entendida como um

conjunto de instituições voltadas para estabilizar os conflitos sociais na economia e garantir a acumulação de capital do que para estimular o rápido crescimento (WOLFSON; KOTZ, 2010, p. 76-80; KOTZ, 2006, p. 6-7)¹⁵.

Apesar da reinterpretação do conceito de estrutura social de acumulação realizada por alguns desenvolvedores da escola, em artigo mais recente, Victor Lippit (2014, p. 1) continua aceitando a definição de uma estrutura social de acumulação como “um conjunto de instituições que permite a um país capitalista crescer vigorosamente” (LIPPIT, 2014, p. 6).

Em resumo, os últimos quinze anos de pesquisas em termos de estruturas sociais de acumulação foram marcados por algumas inflexões, em termos teóricos e analíticos. Os adeptos da escola não viam, de modo geral, nas décadas de 1980 e 1990, uma estrutura social de acumulação em funcionamento. A partir do ano 2000, devido à persistência das formas institucionais estabelecidas nas duas décadas anteriores – enfraquecimento da classe trabalhadora, globalização comercial e financeira, desregulamentação de vários setores da economia, ideologia que exalta o livre mercado e o empreendedorismo, políticas fiscais e monetárias voltadas ao controle de preços e não ao combate do desemprego – o conceito de estrutura social de acumulação foi reinterpretado para dar conta dessa nova realidade, que já durava ao menos vinte anos. Desse modo, apesar de algumas exceções (LIPPIT, 2014), uma estrutura social de acumulação deixou de ser um conjunto de instituições que possibilitam uma elevada taxa de crescimento econômico por um longo período de tempo, para ser um conjunto de instituições que garante a estabilidade dos conflitos sociais e de classe no capitalismo.

6. COMENTÁRIOS FINAIS

A abordagem das estruturas sociais de acumulação surgiu no final da década de 1970, procurando compreender a crise econômica, iniciada ainda no final dos anos 1960, mas agravada na década de 1970. Os autores que desenvolveram o conceito de estrutura social de acumulação são originários da economia política radical americana, um conjunto de autores que, a partir da década de 1960, retomou as obras de Marx, Veblen, Kalecki, Schumpeter, Baran, Sweezy e outros, para construir explicações, entre outros temas, para o imperialismo, o racismo, o sexismo, as ondas longas do capitalismo, as transformações do mundo do trabalho. Foram justamente as pesquisas sobre os

¹⁵ Mais recentemente, depois da crise iniciada em 2008, que não será objeto do presente artigo, dois dos mais proeminentes desenvolvedores da abordagem das estruturas sociais de acumulação, Kotz e McDonough afirmaram que o neoliberalismo não é mais uma opção viável, ainda que não possam prever a direção que as medidas de reestruturação econômica vão tomar: “A teoria da estrutura social de acumulação não pode prever a direção que a reestruturação econômica vai tomar. Entretanto, a teoria da estrutura social de acumulação sugere que sustentar a estrutura social de acumulação neoliberal global não é uma opção viável e que, nos próximos anos, vai emergir um novo caminho para o sistema global, originado das lutas de várias classes e grupos” (KOTZ, MCDONOUGH, 2010, p. 118). A mesma opinião acerca do fim da estrutura social de acumulação neoliberal é defendida por Lippit (2010; 2014) e por Kotz (2013).

dois últimos assuntos que serviram de inspiração para o surgimento e a consolidação do conceito central da escola. O conceito de estrutura social de acumulação inicialmente foi utilizado para explicar os ciclos de Kondratiev, períodos de pouco mais de vinte anos de alto crescimento econômico seguidos de períodos de estagnação aproximadamente de mesma duração. Os primeiros trabalhos da EESA procuraram desenvolver uma teoria intermediária do capitalismo, que tomasse como base a análise de Marx, mas que evitasse tanto ficar no nível mais abstrato de análise, quanto se perder nas evidências empíricas.

Nas décadas de 1980 e 1990, o conceito de estrutura social de acumulação foi utilizado para a compreensão da emergência e crise do período de alto crescimento econômico com ganhos salariais e melhoria das condições sociais, conhecido como a era de ouro do capitalismo. Os trabalhos publicados nas décadas de 1980 e 1990 interpretavam a economia americana do período como continuação da crise do sistema corporativo do pós-guerra.

Nesse mesmo período ocorreu uma transformação teórica no conceito central da abordagem. Uma estrutura social de acumulação não mais estava associada à periodicidade das ondas de Kondratiev, mas passou a ser compreendida como um arcabouço institucional que permitiria o elevado crescimento econômico por um longo período de tempo.

Mais recentemente, a partir do ano 2000, David Kotz e outros autores da EESA (especialmente Martin Wolfson e Terrence McDonough) reconheceram que a abordagem adotou, de maneira equivocada, o pressuposto injustificado de que o capitalismo, para seu funcionamento normal, exige elevadas taxas de crescimento econômico. Devido à persistência do regime econômico de baixo crescimento, maior instabilidade e deterioração da distribuição econômica, que ficou conhecido como neoliberalismo, o conceito de estrutura social de acumulação foi novamente reinterpretado. Não mais se referiria à estrutura institucional que permitiria elevado crescimento, mas a uma estrutura institucional que garante a estabilidade dos conflitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

BOWLES, S. Samuel Bowles. In: ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

BOWLES, S; EDWARDS, R (Eds.). **Radical Political Economy**. Aldershot, Edward Elgar, 1990.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. **Beyond the waste land: a democratic alternative to Economic Decline**. Nova York, Doubleday, 1984.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. Power and profits: the social structure of accumulation and the profitability of the postwar U.S. economy. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 13, No. 1 e 2, 1986.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. Business ascendancy and economic impasse: a structural retrospective on conservative economics, 1979-1986. **Journal of Economic Perspectives**, Vol. 1, No. 3, 1989.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. **After the waste land**: a democratic economics for the year 2000. Armonk, M. E. Sharpe Inc., 1990.

COBAN, A. La régulation et l'école radicale américaine. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation**: l'état des savoirs. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

DOERINGER, P; PIORE, M. **Internal labor markets and manpower analysis**. Lexington, Lexington Books, 1971.

EDWARDS, R; REICH, M; GORDON, D. (Eds.) **Labor Market Segmentation**. Lexington, Lexington Books, 1975.

EDWARDS, R; REICH, M; WEISSKOPF, T (Orgs.). **The capitalist system**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1986.

GORDON, D. Up and down the long roller coaster. In: Union for Radical Political Economics (Eds.). **US capitalism in crisis**. Nova York, Union for Radical Political Economics, 1978.

GORDON, D. Stages of accumulation and long economic cycles. In: Wallerstein, I; Hopkins, T. (Eds.). **Processes of the world system**. Beverly Hills, Sage Publications, 1980.

GORDON, D. The global economy: new edifice or crumbling foundations? In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). **Social Structures of Accumulation**: the Political Economy of Growth and Crisis. Nova York, Cambridge University Press, 1994.

GORDON, D. David M. Gordon. In: ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

GORDON, D; EDWARDS, R; REICH, M. **Divided works, segmented workers**: the historical transformation of labour in the United States. Nova York, Cambridge University Press, 1982.

JESSOP, B; N. L. SUM. **Beyond the regulation approach**: putting capitalist economies in their place. Cheltenham, Edward Elgar, 2006.

KATZNER, D. **At the edge of Camelot**: debating economics in turbulent times. Nova York, Oxford University Press, 2011.

KOTZ, D. The state, globalization and phases of capitalist development. In: ALBITTRON, R; ITOH, M; WESTRA, R; ZUEGE, A. **Phases of capitalist development**: booms, crises, and globalizations. Nova York, Palgrave, 2001.

KOTZ, D. **Institutional structure or social structure of accumulation?** Artigo apresentado na conferência: "Growth and Crises: Social Structure of Accumulation Theory and Analysis," National University of Ireland, Galway, November 3, 2006.

KOTZ, D. The current economic crisis in the United States: a crisis of over-investment. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 45, No. 3, 2013.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T. Global neoliberalism and the contemporary social structure of accumulation. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary Capitalism and its Crises**: Social Structure of Accumulation Theory for the 21st Century. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). **Social structures of accumulation**: the political economy of growth and crisis. Nova York, Cambridge University Press, 1994a.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. **Afterword**: new international institutions and renewed

world. In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). *Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis*. Nova York, Cambridge University Press, 1994b.

LEE, F. **History of heterodox economics: challenging the mainstream in the twentieth century**. Nova York, Routledge, 2009.

LIPPIT, V. The reconstruction of a social structure of accumulation in the United States. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 29, No. 3, 1997.

LIPPIT, V. Social structure of accumulation theory. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary Capitalism and its Crises: Social Structure of Accumulation Theory for the 21st Century**. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

LIPPIT, V. The neoliberal era and the financial crisis in the light of SSA theory. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 46, No. 2, 2014.

MATA, T. **Migrations and boundary work: Harvard, radical economists, and the committee on political discrimination**. *Science in context*, Vol. 22, No. 1, 2009.

MCDONOUGH, T. Marx and long wave theory. Artigo apresentado na **IIPPE and Greek Scientific Association for Political Economy**, Creta, 2010.

MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary capitalism and its crises: Social Structure of Accumulation Theory for the 21st Century**. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

O'HARA, P. **An institutionalist review of long waves theories: Schumpeterian innovation, modes of regulation and social structures of accumulation**. *Journal of Economic Issues*, Vol. 28, No. 2, 1994.

PIORE, M; SABEL, C. **The second industrial divide**. Nova York, Basic Books, 1984.

REICH, M. Radical economics in historical perspective. **Review of radical political economics**, Vol. 25, No. 3, 1993.

REICH, M. Michael Reich. In: ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

REICH, M; GORDON, D; EDWARDS, R. Dual Labor Markets: A Theory of Labor Market Segmentation. **American Economic Review**, Vol. 63, No. 2, 1973.

URPE. **General history of URPE**. Disponível em: www.urpe.org. Acesso em 14/06/2012.

URPE. **Radical economics: a prospectus**. Disponível em: www.urpe.org. Acesso em 14/06/2012, originalmente publicado em 1968.

WEISSKOPF, T. Thomas E. Weisskopf. In: ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

WEISSKOPF, T. The origins and evolution of radical political economics. Apresentação na conferência **A new insurgency: the Port Huron statement in its time and ours**, 25 de setembro de 2012, Disponível em: <https://sites.lsa.umich.edu/tomweisskopf/2015/08/10/the-origins-and-evolution-of-radical-political-economics>. Acesso em 25 de junho de 2014.